

BOLETIM ECONÔMICO

JANEIRO DE 2012



SINDUSCON - PA
Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará

A – SUMÁRIO EXECUTIVO.....	04
B - CONJUNTURA ECONÔMICA (IPCA, INPC, IGPM, INCC-DI: CONSTRUÇÃO).....	05
1 – ÍNDICES DE PREÇOS:.....	05
1.1 – IPCA: Inflação medida pelo IPCA aumentou 0,56% em janeiro ante 0,50% em dezembro. Em 12 meses cresceu 6,22%, abaixo dos 12 meses imediatamente anteriores.....	05
1.2 - INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor avança 0,45% em janeiro.....	06
1.3 – IGP-M: Indicador de correção de contratos aumenta em janeiro.....	07
2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:.....	07
2.1 – INCC-DI: Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) registra aceleração de dezembro para janeiro.....	07
2.2 - CUB - Pará: Custo da Construção Civil, no Estado do Pará, medido pelo CUB aumenta em janeiro.....	10
2.3 – SINAPI: O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) inicia 2012 com ciclo de alta no Estado do Pará.....	14
2.4 – INCC-M: Índice Nacional da Construção Civil - M registra variação de 0,67% em janeiro.....	14
3 – CONJUNTURA:.....	15
3.1 - Economistas interpretam que os fundamentos atuais da economia brasileira possibilitam estabelecer taxa de juro neutra menor para a economia brasileira.....	15
3.2 – O mercado imobiliário está sob suspeita?.....	16
4 - NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:.....	18
4.1 - Consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém, no mês de janeiro, aumenta 47,00%.....	18
4.2 - Mercado Imobiliário.....	19
4.2.1 - Produção imobiliária acelera com taxa de 181,25% de dezembro para janeiro.....	19
4.2.2 - Áreas dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA aumentam 3,88% em janeiro.....	21
4.3 – Financiamentos imobiliários no Estado do Pará com depósitos da caderneta de poupança tem forte crescimento no ano de 2011, 167,99%, em comparação com 2010.....	22
4.3.1 - Contratação de unidades habitacionais no Programa Minha Casa, Minha Vida ² , avança em 2012.....	26
5 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	28
5.1 – PIB do 3º trimestre de 2011 com crescimento nulo, segundo o IBGE.....	28
5.2 – PIB da Construção Civil do Estado do Pará evoluiu 3,65% no 3º trimestre, em comparação com 1,70% do trimestre anterior. A previsão para o crescimento da construção paraense para 2011 é de 4,6%.....	29

6 – EMPREGO FORMAL:	30
6.1 - Estado do Pará: dados do CAGED apontam perdas de vagas no mês de janeiro de 2012 no setor da Construção.....	30
6.2 - Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense: Município de Altamira foi o destaque positivo na criação de empregos com carteira assinada na Construção Civil paraense no mês de janeiro.....	32
6.3 - Região Metropolitana de Belém: Construção Civil da RMB perde 50 empregos formais no mês de janeiro de 2012.....	32
6.4 – Análise da rotatividade do emprego formal da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, no período de 2003 a 2011.....	34
6.5 – Os resultados, acumulados até o mês de outubro, da contratação de trabalhadores formais por cargos continuam apontando crescimento em quase todas as ocupações na Indústria da Construção Civil paraense.....	35

INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM PARA ELABORAÇÃO DESTE BOLETIM.

- ADEMI – Associação de Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário
- CELPA – Rede Energia
- CREA – Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.
- IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
- SEURB – Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Belém.
- SEBRAE/PA - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas/Pará

A – SUMÁRIO EXECUTIVO:

As medidas adotadas pelo governo para enfrentar o aumento da inflação consistiram na elevação dos depósitos compulsórios que em 2011 alcançaram R\$ 441 bilhões e o aumento dos juros que passou de 10,94% em janeiro de 2011 para 12,5% em agosto foram responsáveis por um crescimento moderado da Construção Civil, 3,6% no ano de 2011, ante 11,6% no ano de 2010, segundo o IBGE.

Com o propósito de proteger a economia de um possível contágio da crise internacional, o governo decidiu reduzir os juros e estabelecer medidas de incentivos do consumo, que permitiram no final de 2011 certa recuperação da atividade econômica 1,4% no quarto trimestre em relação a o mesmo intervalo de tempo do ano anterior (www.ibge.gov.br), esse resultado reflete o bom desempenho das vendas no varejo e da produção industrial.

Do lado da inflação, os resultados de 2011 não devem alterar as projeções do Sinduscon/Pa (quadro 10). Para a taxa de juros, a despeito das dúvidas do corte de abril, ainda é cedo para fazer alterações na variação de 9,5% no final do período (quadro 10).

Os índices de inflação da Construção Civil (CUB, SINAPI e INCC-DI) sinalizaram uma aceleração no mês de janeiro de 2012.

Os indicadores da Construção Civil do Estado do Pará registraram uma moderada desaceleração no quadrimestre setembro a dezembro de 2011, conforme se verifica nos dados de produção imobiliária da SEURB e dos financiamentos imobiliários (figuras 4, 6 e 7).

No entanto, os dados de consumo de energia elétrica da Construção Civil de Belém, relativamente ao mês de dezembro registra um aumento de 2,9%, do mês de novembro para o mês de dezembro, sinalizando uma moderada estabilidade da Construção Civil paraense no ano de 2011 (quadro 11).

O emprego da Construção Civil paraense, divulgado pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), registra a criação de 13.727 empregos formais em 2011, até o mês de dezembro apontando a Construção Civil e o Setor Serviços, como líderes na geração de empregos com carteira assinada em 2011.

A expectativa da retomada dos investimentos em obras públicas em 2012 e o aumento do ritmo de contratações do Programa Minha Casa Minha Vida, devem impulsionar a Construção Civil em 2012.

B – CONJUNTURA ECONÔMICA (INPC, IPCA, IGP-M, INCC-DI: Construção).

1 – ÍNDICES DE PREÇOS:

1.1 – Inflação medida pelo IPCA aumentou 0,56% em janeiro ante 0,50% em dezembro. Em 12 meses cresceu 6,22%, abaixo dos 12 meses imediatamente anteriores.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,56% em janeiro, acima de 0,50% em dezembro. Em 12 meses, a variação continua desacelerando desde outubro, registrando 6,22%, abaixo do teto da meta da inflação, 6,50%.

De dezembro para janeiro houve aumento em 6 dos 9 grupos do IPCA. O grupo Transportes teve o maior crescimento, (0,00% em dezembro para 0,69% em janeiro) o grupo Alimentação e Bebidas registrou recuo de 1,23% em dezembro para 0,86% em janeiro.

Nas Regiões metropolitanas, a maior alta foi registrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (0,66% para 1,11%) e a menor desaceleração ocorreu na Região Metropolitana de Fortaleza (0,50% para 0,07%), a Região Metropolitana de Belém apontou crescimento (0,45% para 0,61%).

Tabela 1
Resultados por grupo de produtos e serviços pesquisados.

GRUPO	VARIACÃO (%)		CONTRIBUIÇÃO (p.p)	
	DEZEMBRO	JANEIRO	DEZEMBRO	JANEIRO
Índice Geral	0,50	0,56	0,50	0,56
Alimentação e Bebidas	1,23	0,86	0,29	0,20
Habitação	0,45	0,53	0,06	0,08
Artigos de Residência	-0,87	0,16	-0,03	0,01
Vestuário	0,80	0,07	0,06	0,00
Transportes	0,00	0,69	0,00	0,14
Saúde e Cuidados Pessoais	0,44	0,30	0,05	0,03
Despesas Pessoais	0,68	0,71	0,07	0,07
Educação	0,05	0,39	0,00	0,02
Comunicação	0,07	0,21	0,00	0,01

Fonte: IBGE

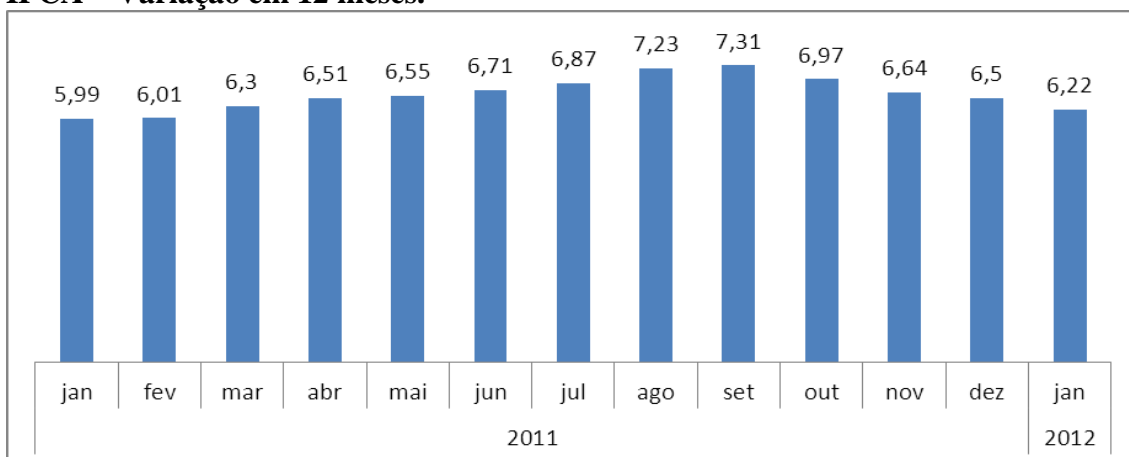
Em seguida a tabela com os índices regionais.

Tabela 2
Índices regionais de inflação.

Região	Peso Regional (%)	Variação Mensal (%)	
		Dezembro	Janeiro
Rio de Janeiro	12,46	0,66	1,11
Brasília	3,46	0,65	0,77
Belo Horizonte	11,23	0,43	0,66
Belém	4,65	0,45	0,61
São Paulo	31,68	0,40	0,53
Recife	5,05	0,77	0,46
Goiania	4,44	0,52	0,46
Curitiba	7,79	0,43	0,36
Salvador	7,35	0,98	0,34
Porto Alegre	8,40	0,19	0,31
Fortaleza	3,49	0,50	0,07
Brasil	100,00	0,50	0,56

Fonte: IBGE

Figura 1
IPCA – Variação em 12 meses.



Fonte: IBGE

1.2 – INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor avança 0,45% em janeiro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ficou estável nos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, com taxa de 0,51%, segundo informações do IBGE. Com o resultado até janeiro, o índice acumula alta de 0,51% no ano e de 5,63% nos últimos 12 meses, abaixo dos doze meses terminados em dezembro 6,08%.

Tabela 3
Índices por Região pesquisada

Região	Peso Regional (%)	Variação Mensal (%)	
		Dezembro	Janeiro
Rio de Janeiro	9,91	0,67	1,48
Belo Horizonte	11,04	0,41	0,79
Goiania	5,27	0,56	0,55
Belém	7,03	0,47	0,50
Brasília	2,39	0,67	0,43
Recife	7,17	0,72	0,42
São Paulo	25,24	0,43	0,40
Curitiba	7,29	0,46	0,34
Salvador	10,67	0,83	0,26
Porto Alegre	7,38	0,04	0,15
Fortaleza	6,61	0,61	0,03
Brasil	100,00	0,51	0,51

Fonte: IBGE

1.3 – IGP-M – Indicador de correção de contratos aumenta em janeiro.

Após forte desaceleração entre 2010 e 2011, o IGP-M registrou crescimento de 0,25% em janeiro, ante queda de -0,12% em dezembro. Em 12 meses teve elevação de 4,53%.

Os preços no atacado avançaram de -0,48% em dezembro para -0,07% em janeiro. A redução dos preços do minério de ferro tem sido compensada pela volatilidade dos preços dos alimentos.

O Índice de Preços ao Consumidor registrou variação de 0,97% em janeiro, ante variação de 0,71% em dezembro. A principal contribuição para a aceleração do IPC foi o item cursos formais que evoluiu de 0,00% em dezembro para 5,50% em janeiro.

O Índice Nacional do Custo da Construção Civil que registrou variação de 0,35% em dezembro, apontou elevação de 0,67% em janeiro.

Dos três componentes do INCC, o que mais impactou foi o item mão de obra, que passou de 0,47% para 0,98%. Em seguida, o item Serviços, que aumentou de 0,39% em dezembro para 0,68% em janeiro.

2 - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

2.1 - INCC-DI: Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) registra aceleração de dezembro para janeiro.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) evoluiu de 0,11% em dezembro para 0,89% no mês de janeiro. Em 12 meses aponta variação de 8,01%.

As despesas com materiais e equipamentos tiveram uma elevação de 0,16% para 0,24%, enquanto que os serviços aumentaram de 0,40% para 1,20% e os custos com a mão de obra que tiveram elevação de 0,01% para 1,34%.

Dentre as elevações individuais de preços, as maiores influencias foram registradas com taxas de serviços, 5,01% em janeiro ante 0,00% em dezembro. Engenheiro, 2,01% comparado com 6,00% em dezembro.

As principais elevações individuais de preços do referido índice estão demonstrados no quadro 1, enquanto que os principais itens que apresentaram queda estão demonstrados no quadro 2.

Quadro 1

Grupos com maiores influências positivas nos resultados do INCC-DI no mês de Janeiro/2012

Itens	Dezembro	Janeiro (%)
Ajudante Especializado	0,00	1,32
Servente	0,00	1,35
Engenheiro	0,00	2,01
Taxas de Serviços e Licenciamentos	0,00	5,01
Carpinteiro (fôrma, esquadria e telhado)	0,00	1,27

Fonte: IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 2

Maiores influências negativas nos resultados do INCC-DI do mês de Janeiro/2012

Itens	Dezembro	Janeiro (%)
Condutores elétricos	-0,16	-1,70
Cimento Portland Comum	0,09	-0,37
Perna 3x3/estronca de 3ª	0,68	-0,71
Tubos e Conexões de PVC	0,19	-0,24
Eletroduto de PCV	0,02	-0,39

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 3

Evolução dos itens de dispêndios do INCC-DI mês de Janeiro/2012

INCC – Todos os itens	Índice Base Ag/94=100	% Mês Anterior	% Mês	% Ano	% 12 Meses
Materiais, Equipamentos e Serviços	406,083	0,21	0,45	0,45	4,42
Mão-de-obra	609,646	0,01	1,34	1,34	11,78

Fonte: Divisão de Gestão de Dados – IBRE/FGV

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Quadro 4 Índices de Preços

Índices	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11	Jan/12
INCC-DI	455.619	456.917	458.887	463.766	477.405	479.183	481.330	481.966	482.658	483.758	487.221	487.749	492.106
%mês	0,41	0,28	0,43	1,06	2,94	0,37	0,45	0,13	0,14	0,23	0,72	0,11	0,89
%a.a.	0,41	0,69	1,13	2,20	5,21	5,60	6,07	6,21	6,37	6,61	7,37	7,49	0,89
%12m	7,52	7,44	7,10	7,33	8,52	7,75	7,76	7,75	7,68	7,72	8,09	7,49	8,01
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	3.222,42	3.248,20	3.273,86	3.299,07	3.314,58	3.319,55	3.324,86	3.337,16	3.354,85	3.369,28	3.386,80	3.403,73	3.422,79
%mês	0,83	0,80	0,79	0,77	0,47	0,15	0,16	0,37	0,53	0,43	0,52	0,50	0,56
%a.a.	0,83	1,64	2,44	3,23	3,71	3,87	4,04	4,42	4,97	5,43	5,97	6,50	0,56
%12m	5,99	6,01	6,30	6,51	6,55	6,71	6,87	7,23	7,31	6,97	6,64	6,50	6,22
IGP-M	453,875	458,397	461,249	463,311	465,311	464,463	463,927	465,968	468,975	471,466	473,808	473,252	474,429
%mês	0,79	1,00	0,62	0,45	0,43	-0,18	-0,12	0,44	0,64	0,53	0,50	-0,12	0,25
%a.a.	0,79	1,80	2,43	2,89	3,33	3,15	3,03	3,48	4,15	4,70	5,22	5,10	0,25
%12m	11,50	11,30	10,95	10,60	9,77	8,65	8,36	8,00	7,46	6,95	5,95	5,10	4,53
INPC	3.328,76	3.346,74	3.368,83	3.393,09	3.412,43	3.419,94	3.419,94	3.434,30	3.449,76	3.460,80	3.480,52	3.498,27	3.516,11
%mês	0,94	0,54	0,66	0,72	0,57	0,22	0,00	0,42	0,45	0,32	0,57	0,51	0,51
%a.a.	0,94	1,49	2,16	2,89	3,48	3,70	3,70	4,14	4,61	4,94	5,54	6,08	0,51
%12m	6,53	6,36	6,31	6,30	6,44	6,80	6,87	7,40	7,30	6,66	6,18	6,08	5,63
CUB/06	817,07	820,20	822,38	826,40	828,61	830,53	831,49	832,80	872,70	874,09	875,81	877,27	880,13
%mês	0,33	0,38	0,27	0,49	0,27	0,23	0,12	0,16	4,79	0,16	0,20	0,17	0,33
%a.a.	0,33	0,72	0,98	1,48	1,75	1,98	2,10	2,26	7,16	7,33	7,54	7,73	0,33
%12m	7,33	7,42	7,29	7,45	7,33	7,30	7,37	7,20	8,24	8,31	8,00	7,73	7,71
Sinapi (1)	756,84	759,42	760,02	761,70	762,93	763,38	764,52	766,27	767,60	799,21	799,50	799,32	801,59
%mês	0,17	0,34	0,08	0,22	0,16	0,06	0,15	0,23	0,17	4,12	0,04	-0,02	0,28
%a.a.	0,17	0,51	0,59	0,82	0,98	1,04	1,19	1,42	1,60	5,78	5,82	5,79	0,28
%12m	8,38	7,53	7,21	7,14	7,04	6,49	6,33	6,38	2,53	6,20	6,05	5,79	5,91
INCC-M	455,562	457,333	459,350	462,793	472,203	478,935	481,768	482,518	483,199	484,185	486,610	488,298	491,549
%mês	0,37	0,39	0,44	0,75	2,03	1,43	0,59	0,16	0,14	0,20	0,50	0,35	0,67
%a.a.	0,37	0,76	1,21	1,96	4,04	5,52	6,15	6,31	6,46	6,68	7,21	7,58	0,67
%12m	7,42	7,46	7,45	7,01	8,18	7,81	7,78	7,71	7,64	7,70	7,84	7,58	7,90
Pavimentação	231,428	232,889	234,004	234,561	235,167	235,222	236,103	235,835	235,548	236,869	234,059	234,299	234,932
%mês	0,61	0,63	0,48	0,24	0,26	0,02	0,37	-0,11	-0,12	0,56	-1,19	0,10	0,27
%a.a.	0,61	1,24	1,73	1,97	2,23	2,26	2,64	2,52	2,40	2,97	1,75	1,86	0,27
%12m	4,12	4,33	4,73	4,74	4,68	4,19	4,08	3,74	2,99	3,27	2,00	1,86	1,51
Terraplenagem	203,313	203,917	204,429	204,707	206,006	206,259	207,198	207,357	209,015	209,305	210,020	210,396	210,842
%mês	0,10	0,30	0,25	0,14	0,63	0,12	0,46	0,08	0,80	0,14	0,34	0,18	0,21
%a.a.	0,10	0,40	0,65	0,79	1,43	1,55	2,02	2,10	2,91	3,05	3,41	3,59	0,21
%12m	3,36	3,02	2,92	3,00	3,08	2,79	3,03	2,87	3,17	3,42	3,54	3,59	3,70

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 não permitiu divulgação dos índices do C.U.B./99.

(1) Sinapi/Pa-IBGE.

... Dados indisponíveis

Quadro 5
Índices de Preços

Índices	Dez/09	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10
INCC-DI	421.051	423.774	425.268	428.476	432.079	439.914	444.718	446.688	447.996	448.222	449.103	450.763	453.766
%mês	0,10	0,64	0,36	0,75	0,84	1,81	1,09	0,62	0,22	0,21	0,20	0,37	0,67
%a.a.	3,25	0,64	1,00	1,76	2,72	4,48	5,62	6,09	6,18	6,45	6,66	7,06	7,77
%12m	3,25	3,56	3,66	4,71	5,63	6,07	6,48	6,67	6,80	6,94	7,08	7,16	7,77
CUB/99	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%mês	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%a.a.	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
%12m	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
IPCA	3.017,59	3.040,22	3.063,93	3.079,86	3.097,42	3.110,74	3.110,74	3.111,05	3.112,29	3.126,29	3.149,74	3.175,88	3.195,89
%mês	0,37	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0,00	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63
%a.a.	4,31	0,75	1,54	2,06	2,65	3,09	3,09	3,10	3,14	3,60	4,38	5,25	5,91
%12m	4,31	4,59	4,83	5,17	5,26	5,22	4,84	4,60	4,49	4,70	5,20	5,63	5,91
IGP-M	404,499	407,049	411,843	415,734	418,917	423,885	427,489	428,150	431,445	436,423	440,829	447,206	450,301
%mês	-0,26	0,63	1,18	0,94	0,77	1,19	0,85	0,15	0,77	1,15	1,01	1,45	0,69
%a.a.	1,72	0,63	1,82	2,78	3,56	4,79	5,68	5,85	6,66	7,89	8,98	10,56	11,32
%12m	1,72	-0,67	0,24	1,94	2,88	4,18	5,17	5,79	6,99	7,77	8,81	10,27	11,32
INPC	3.097,50	3.124,76	3.146,63	3.168,97	3.192,10	3.205,83	3.202,30	3.200,30	3.197,82	3.215,09	3.244,67	3.278,09	3.297,76
%mês	0,24	0,88	0,70	0,71	0,73	0,43	-0,11	-0,07	-0,07	0,54	0,92	1,03	0,60
%a.a.	4,11	0,88	1,59	2,31	3,05	3,50	3,38	3,31	3,24	3,80	4,75	5,83	6,47
%12m	4,11	4,36	4,77	5,30	5,49	5,31	4,76	4,44	4,29	4,68	5,39	6,08	6,47
CUB/06	759,97	761,29	763,56	766,51	769,11	772,00	774,02	774,42	776,85	806,19	806,99	810,72	814,36
%mês	0,17	0,17	0,30	0,39	0,34	0,38	0,26	0,05	0,31	3,78	0,10	0,46	0,45
%a.a.	4,13	0,17	0,47	0,86	1,20	1,58	1,85	1,90	2,22	6,08	6,19	6,68	7,16
%12m	4,13	3,99	2,57	3,27	3,41	4,46	4,75	5,38	5,74	9,28	6,64	6,86	7,16
Sinapi-Pa	698,31	699,84	706,19	708,92	710,89	712,64	716,77	718,94	720,27	748,59	752,54	753,89	755,54
%mês	0,19	0,22	0,91	0,39	0,28	0,25	0,58	0,30	0,18	3,93	0,53	0,18	0,22
%a.a.	6,51	0,22	1,13	1,52	1,80	2,05	2,64	2,95	3,14	7,20	7,77	7,96	8,20
%12m	6,51	6,56	6,34	6,50	6,73	6,93	7,36	7,46	7,09	11,04	8,31	8,16	8,20
INCC-M	---	---	---	427,498	432,491	436,499	444,243	446,992	447,996	448,892	449,587	451,215	453,876
%mês	---	---	---	0,45	1,17	0,93	1,77	0,62	0,22	0,20	0,15	0,36	0,59
%a.a.	---	---	---	1,3257	2,5113	3,4646	5,2959	5,9488	6,1819	6,3942	6,5538	6,9374	7,4078
%12m.	---	---	---	4,1164	5,3451	6,0597	6,3104	6,5752	6,7990	6,9377	6,9591	7,1513	7,4078
Pavimen tação	---	222,272	223,216	223,430	223,953	224,656	225,761	226,847	227,332	228,700	229,361	229,464	230,031
%mês	---	---	0,42	0,10	0,23	0,31	0,49	0,48	---	---	---	0,04	---
%a.a.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
%12m.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Terraple naçom	---	196,701	197,936	198,625	198,743	199,855	200,668	201,114	201,573	202,584	202,389	202,849	203,102
%mês	---	---	0,63	0,35	0,06	0,56	0,41	0,22	0,23	0,50	-0,01	0,23	---
%a.a.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
%12m.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: IBGE, FGV e Sinduscon – PA.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(---) ABNT 12.721:06 Não permiti divulgação dos índices do C.U.B./99.

... Dados indisponíveis

2.2 - CUB – Custo da Construção Civil, no Estado do Pará, medido pelo CUB aumenta em janeiro.

O Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil no Estado do Pará registrou crescimento de 0,33% em janeiro, ante 0,17% em dezembro de 2011, aumentando de

R\$ 877,27 para R\$ 880,13 por m² de acordo com o Sinduscon/Pa. O indicador reflete a variação dos custos da construção civil.

As despesas com materiais tiveram um aumento de 0,34%, ante 0,31% em dezembro e as despesas administrativas que fecharam estáveis em dezembro (0,00%) tiveram elevação de 7,28% em janeiro.

Dos 25 insumos da Construção pesquisados, 13 tiveram elevação de preços superior ao IGP-M de janeiro, 0,25%. O maior aumento foi de Bacia sanitária branca com caixa acoplada, com variação de 2,59%.

Quadro 6
Estado do Pará
Indicadores da Construção Civil
Variações anual e em 12 meses
Janeiro/2012

Indicadores da Construção Civil	Varição (%) ano	Varição (%) 12 meses
CUB – Pa	0,33	7,71
INCC-DI	0,89	8,01
SINAPI-PA	0,28	5,91
INCC-M	0,67	7,90

Fontes: Sinduscon – PA, FGV e IBGE.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa FGV.

O CUB é o índice oficial que reflete a variação dos custos da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, calculado e divulgado mensalmente pelo Sinduscon-Pa, de acordo com a Lei 4.591 e com a Norma Técnica da ABNT NBR 12721:06 e tem como objetivo a produção de informações de custos da Construção Civil no Estado do Pará, de forma sistematizada. Os custos correspondem aos valores do metro quadrado da construção para os diversos padrões estabelecidos pela ABNT 12721:06 e são utilizados pelo INSS para emissão do CND das obras da construção civil, bem como também, pelas empresas para o preenchimento da documentação do Memorial de Incorporação a ser apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis. Além da utilização do referido indicador nos reajustes dos contratos de obras.

Quadro 7
Dispêndios do CUB
Comparativo: Janeiro 2012 / Dezembro 2011

DESPESAS	Janeiro 2012	% No Mês	Acumulado em 2012
MÃO-DE-OBRA	389,56	0,00	0,00
MATERIAIS e EQUIPAMENTOS	472,41	0,34	0,34
DESP. ADMINISTRATIVAS	18,16	7,28	7,28
TOTAL GERAL	880,13	0,33	0,33

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Fonte: Sinduscon-Pa

Quadro 8**Evolução dos Custos Unitários Básicos da Construção Civil****Estado do Pará - NBR 12.721/06****Janeiro/2012**

Projetos	Padrão de Acabamento	Código	Janeiro	(%) no Mês	(%) no ano
Residenciais					
R – 1 (Res. Unifamiliar)	Baixo	R 1 – B	892,84	0,51	0,51
	Normal	R 1 – N	1.044,46	0,43	0,43
	Alto	R 1 – A	1.314,83	0,42	0,42
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4 – B	852,44	0,33	0,33
	Normal	PP 4 – N	990,05	0,47	0,47
R – 8 (Res. Multifamiliar)	Baixo	R 8 – B	816,29	0,30	0,30
	Normal	R 8 – N	880,13	0,33	0,33
	Alto	R 8 – A	1.078,73	0,42	0,42
R – 16 (Res. Multifamiliar)	Normal	R 16 – N	852,41	0,32	0,32
	Alto	R 16 – A	1.136,04	0,29	0,29
PIS (Proj. de Inter. Social)		PIS	600,38	0,40	0,40
RP1Q (Res. Popular)		RP1Q	887,33	0,18	0,18
Comerciais					
CAL-8 (Com. Andar Livre)	Normal	CAL – 8 N	1.019,18	0,33	0,33
	Alto	CAL – 8 A	1.093,50	0,36	0,36
CSL – 8 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 8 – N	882,03	0,31	0,31
	Alto	CSL 8 – A	962,58	0,36	0,36
CSL – 16 (Com. Salas e Lojas)	Normal	CSL 16 – N	1.177,59	0,29	0,29
	Alto	CSL 16 – A	1.283,65	0,35	0,35
GI (Galpão Industrial)		GI	516,95	0,16	0,16

FONTE: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

* Não foram incluídos os itens descritos na seção 8.35 da NBR 12.721/06

* Mão-de-obra com encargos sociais

* Os algarismos 1, 4, 8, 16 indicam o número de pavimentos

* Baixo, Normal e Alto são padrões de acabamento

Discriminação dos projetos-padrões, de acordo com a ABNT NBR: (12.721:2006)

- **Residencial Unifamiliar**

R1-B – Residencial Padrão Baixo: Residência com 1 pavimento, composta de dois dormitórios.

R1-N – Residencial Padrão Normal: Residência com 1 pavimento, composta de três dormitórios.

R1-A – Residencial Padrão Alto: Residência com 1 pavimento, composta de quatro dormitórios.

RP1Q – Residencial Popular: Residência com 1 pavimento composta de um dormitório.

- ✓ **Residencial multifamiliar**

PIS – Projeto de Interesse social: Edifício com quatro pavimentos tipo.

PP4-B – Prédio Popular: Edifício com três pavimentos tipos.

PP4-N – (Padrão Normal): Edifício com quatro pavimentos tipo.

- ✓ **Residencial multifamiliar**

R8-B – Padrão Baixo: Edifício com sete pavimentos tipo.
 R8-N – Padrão Normal: Edifício com 8 pavimentos tipo.
 R8-A – Padrão Alto: Edifício com 8 pavimentos tipos.
 R16-N – Padrão Normal: Edifício com 16 pavimentos tipo.
 R16-A – Padrão Alto: Edifício com 16 pavimentos tipo.

✓ **Edificação Comercial**

CSL-8 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 8 pavimentos tipo.
 CSL-16 – Comercial Salas e Lojas: Edifício com 16 pavimentos tipo.
 CAL-8 – Comercial Andar Livre: Edifício com oito pavimentos tipo.

✓ **Galpão Industrial (GI)**

Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito.

Quadro 9

CUB: Evolução dos custos de Materiais e de Mão-de-Obra
Estado do Pará – Jan/2009 a Jan/2011

ÍNDICE	CUB PONDERADO			MÃO-DE-OBRA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	DESP. ADM
	Mês/Ano	Valor/m ²	Variação	Variação	Valor/m ²		
	R\$	Mensal	Em 12 meses	R\$	% (mês)		
Jan/10	761,29	0,17	3,99	318,22	0,00	428,57	14,49
Fev/10	763,56	0,30	2,57	318,22	0,00	430,31	15,03
Mar/10	766,51	0,39	3,27	318,22	0,00	433,26	15,03
Abr/10	769,11	0,34	3,41	318,22	0,00	435,54	15,35
Mai/10	772,00	0,38	4,46	318,22	0,00	438,37	15,41
Jun/10	774,02	0,26	4,75	318,22	0,00	440,32	15,48
Jul/10	774,42	0,05	5,38	318,22	0,00	440,58	15,62
Ago/10	776,85	0,31	5,74	318,22	0,00	443,02	15,61
Set/10	806,19	3,78	9,28	348,36	9,47	442,23	15,60
Out/10	806,99	0,10	6,64	348,36	0,00	443,27	15,61
Nov/10	810,72	0,46	6,86	348,36	0,00	443,27	16,34
Dez/10	814,36	0,45	7,16	349,01	0,19	449,95	15,40
Jan/11	817,07	0,33	7,33	349,01	0,00	452,58	15,58
Fev/11	820,20	0,38	7,42	349,01	0,00	455,29	15,90
Mar/11	822,38	0,27	7,29	349,01	0,00	457,58	15,79
Abr/11	826,40	0,49	7,81	349,01	0,00	461,46	15,93
Mai/11	828,61	0,27	7,33	349,01	0,00	463,08	16,52
Jun/11	830,53	0,23	7,30	349,01	0,00	464,61	16,92
Jul/11	831,49	0,12	7,37	349,01	0,00	465,57	16,91
Ago/11	832,80	0,16	7,20	349,01	0,00	466,86	16,94
Set/11	872,70	4,79	8,24	389,56	11,61	466,20	16,94
Out/11	874,09	0,16	8,31	389,56	0,00	467,57	16,94
Nov/11	875,81	0,20	8,00	389,56	0,00	469,31	16,94
Dez/11	877,27	0,17	7,73	389,56	0,00	470,78	16,93
Jan/12	880,13	0,33	7,71	389,56	0,00	472,41	18,16

Fonte: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

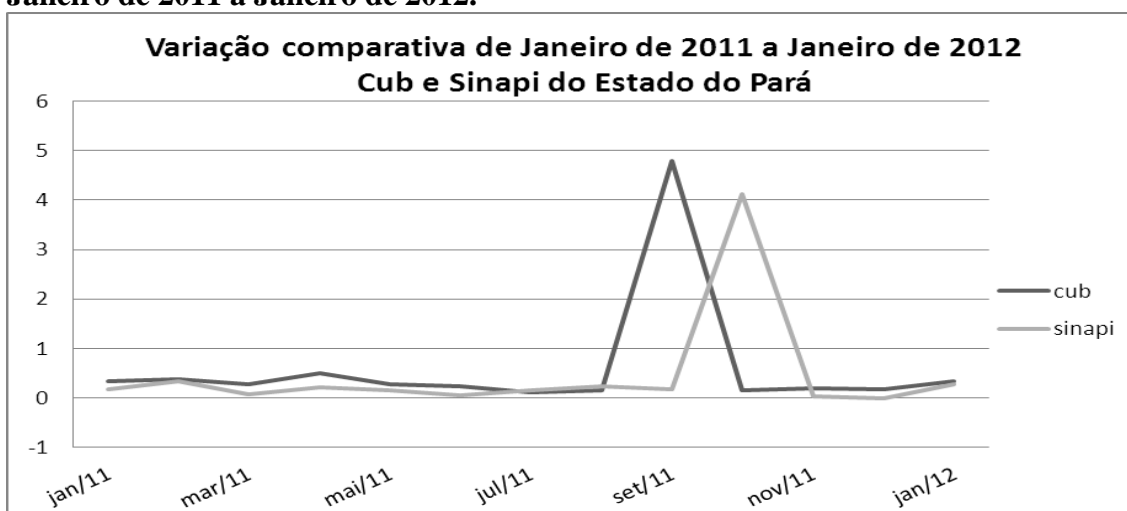
2.3 – SINAPI: O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) inicia 2012 com ciclo de alta no Estado do Pará.

O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) no Estado do Pará registrou aceleração de 0,28%, no mês de janeiro ante deflação de -0,02% no mês de dezembro. Em 12 meses, o indicador da Construção Civil no Estado do Pará recuou de 5,97% registrados no acumulado até dezembro para 5,91% em janeiro.

A variação apontada no mês de janeiro é explicada pelo comportamento dos preços dos materiais, pois o custo da mão de obra permaneceu estável.

O custo do SINAPI por m² no Estado do Pará avançou de R\$ 799,32 em dezembro para R\$ 801,59 no mês de janeiro.

Figura 2
Estado do Pará
Janeiro de 2011 a Janeiro de 2012.



Fontes: IBGE e Sinduscon/Pa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

2.4 – INCC-M: Índice Nacional da Construção Civil - M registra variação de 0,67% em janeiro.

O Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M) registrou aumento de 0,67% em janeiro, acima do resultado do mês anterior. Nos últimos 12 meses, o índice apontou variação de 7,90%.

O forte reajuste no custo do trabalho no setor nos últimos 12 meses, 8,38%, tem sido responsável pelo aumento da inflação na Construção Civil, enquanto que os materiais e equipamentos apontaram 4,54%.

Existe grande possibilidade do grupo mão de obra continuar responsável pela maior variação da inflação no setor no ano de 2012.

3 - CONJUNTURA:

3.1 - Economistas interpretam que os fundamentos atuais da economia brasileira possibilitam estabelecer taxa de juro neutra menor para a economia brasileira.

O mercado concorda com a visão do Banco Central de o juro neutro da economia está em queda, ainda que não seja possível estabelecer um consenso em torno da taxa. As estimativas de analistas consultados pelo Valor (www.valoronline.com.br, acesso em 10.02.2012) variam de 4,4% a 6% - abaixo, portanto do juro real de 6,5% e 10% observados em 2009 e dos 10% em 2006 respectivamente. Não há duvida para esses profissionais, entretanto, de que a intenção do Banco Central ao estimular a discussão a respeito do assunto é ter elementos que justifiquem a transição da taxa Selic para um dígito para os próximos meses.

O Banco Central não divulga sua estimativa para a taxa neutra, ou seja, o juro real que controla a inflação sem sacrificar o crescimento. Mas, examinando as variáveis consideradas pela autoridade monetária – Selic de 9,75% e expectativa de inflação de 5,30% para 2012, segundo a pesquisa Focus – é possível inferir que o Banco Central atualmente trabalha com juro neutro em torno de 4,25%, segundo a consultoria MCM (valoronline.com.br), abaixo portanto do piso das estimativas do mercado.

A estimativa atual da MCM para o juro neutro está em torno de 6,25%, embora a consultoria reconheça que o juro neutro poderia estar mais próximo de 5% a.a., caso a parcela do crédito direcionado no sistema bancário não fosse tão elevada, 35% do total. Ao mobilizar o mercado em torno de uma pesquisa sobre o juro neutro, que deve ser respondida até o dia 17, o BC reforçou a atenção dos analistas ao tema polêmico que provocou inquietação quando foi divulgada a ata do Copom de janeiro.

Analistas do mercado consultados pelo Valor, não negam que a economia progrediu consideravelmente nos últimos anos, o que ajudou a trazer a taxa de juro para baixa. No entanto, avaliam que para o BC é importante “vender” a ideia de juro neutro menor, que torna mais confortável o ajuste da taxa Selic.

Otávio de Barros, diretor do departamento de pesquisa e estudos econômicos do Bradesco, alerta para “a dificuldade de se fazer afirmações categóricas sobre juro neutro, mas não se surpreenderá caso o juro neutro seja mais baixo do que intuitivamente possa se considerar”.

Mas, menciona que há uma certeza quanto ao tema: a convergência para que o que se observa na média dos países emergentes já está em curso há alguns anos. Isto posto, os riscos de se testar patamares mais baixos de juro estão longe de serem os mesmo do passado.

O economista Ilan Goldfajn do departamento econômico do Itaú, estima que o juro neutro está em torno de 6%. E pode ser menor. De um modo geral os economistas interpretam que de fato a taxa neutra vem caindo, graças a mais poupança externa, maior alcance do sistema financeiro, melhor perfil da dívida pública e menor percepção de risco. Mas o economista do Itaú alerta “que a taxa de juro neutra mais baixa tem a ver com a política fiscal. A taxa neutra pode cair mais rapidamente se a política fiscal for mais austera no futuro.” (www.valoronline.com.br).

Quadro 10

Cenário da Economia Brasileira, atualizado em 10.02.2012

Variáveis	2010	2011(p)	2012(p)
PIB mundial	4,8%	3,7%	3,5%
Internacional PIB americano	3,0%	1,7%	2,0%
PIB Brasil	7,5%	2,8%	3,1%
FBCF	21,3%	4,5%	4,0%
Consumo Privado	6,9%	3,9%	4,5%
Consumo do Governo	4,2%	2,1%	3,8%
Exportações bens, serviços	11,5%	3,9%	6,0%
Importações bens, serviços	35,8%	8,9%	5,2%
Selic meta (% aa, fim período)	10,8%	11,0%	9,5%
IPCA	5,9%	6,5%	5,5%
IGP-M	11,3%	5,1%	4,6%
Dólar (média dezembro)	1,7%	1,9%	1,65%

Fonte: Banco Central, IBGE e projeções do Sinduscon-Pa.

(p) Projeções do Sinduscon-Pa.

3.2 – O mercado imobiliário está sob suspeita?

Revista de circulação nacional publicou reportagem colocando sob suspeita o mercado imobiliário.

A matéria leva em conta apenas a atuação das empresas que abriram capital e que totalizam 0,022% do universo das construtoras existentes no país.

Os atrasos de obras citados pela Revista que resultam em prejuízos financeiros e à imagem não interessam as construtoras e não são generalizados, pois a maioria das construtoras cumprem prazos contratuais.

Quanto a questão da produtividade, muitas empresas da Construção Civil tem investido em tecnologia e poderiam ser alcançados melhores resultados, caso fosse flexibilizada a legislação tributária existente, no sentido de facilitar a importação de materiais e equipamentos.

Com relação aos comentários sobre a crise de confiança no mercado imobiliário é pertinente esclarecer que as crises de confiança segundo Frederico Porto, executivo da BFRE-Brazilian Finance & Real State (Valor Econômico 05.02.2012), em geral, as crises de confiança surgem em economias onde há ambiente permanente de juros baixos. Nada mais distante da realidade brasileira. Apesar dos cortes na Selic, a taxa de juros real ainda é das mais altas do mundo, e os percentuais praticados pelo mercado são muito superiores aos observados em países que passaram por esse processo de valorização insustentável do preço dos imóveis.

Outra característica de mercados suscetíveis à formação de crises segundo Porto é a atuação intensa de "flippers", ou seja, investidores que alocam recursos para o mercado imobiliário objetivando um lucro rápido. Eles exploram o setor como alternativa ao mercado de capitais ou como uma fonte de investimento meramente especulativo. Essa atividade aumenta artificialmente o valor do imóvel com o consequente desequilíbrio entre oferta e demanda.

Porcentagem do mercado de crédito imobiliário em relação ao PIB era de menos de 5% em outubro de 2011

Em que pese o argumento de que certos compradores de imóveis na planta possam estar especulando, vale notar que a natureza desse tipo de financiamento no

Brasil é muito distinta de mercados como o americano pré-crise de 2008. Aqui, via sinal e parcelas mensais, o comprador capitaliza por vezes até 30% do valor do imóvel antes da entrega. Lá, compradores na planta investiam valores muito menores. Muitas vezes, sequer pagavam pela opção do direito de compra. E, quando da entrega do empreendimento, caso houvesse redução do valor de mercado do imóvel, muitos não exerciam a opção de compra, aumentando a oferta de imóveis no mercado.

Outro aspecto que se observa, de acordo com Porto é a ausência de produtos no mercado de crédito imobiliário brasileiro, onde o devedor possa financiar mais do que o valor de mercado do imóvel, pagar apenas a parcela referente aos juros da parcela (amortização negativa) ou/e obter crédito sem apresentação de documentação comprobatória de renda. Além disso, o arcabouço regulatório brasileiro é menos fragmentado que o americano. O BC regula e fiscaliza as entidades que concedem crédito imobiliário, diferentemente dos Estados Unidos, onde uma sistemática regulatória complexa possibilitava a existência dos chamados "bancos sombra", que concediam créditos sem avaliação devida da capacidade de pagamento do contratante, e operavam alheios à supervisão do regulador.

No que tange ao mercado de securitização, Porto menciona que as estruturas existentes no mercado brasileiro não atingiram a complexidade dos instrumentos mobiliários dos Estados Unidos. As estruturas dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) brasileiros (sênior/subordinado, por exemplo) são claras e chegam a ser consideradas até mesmo pueris quando comparadas aos instrumentos de seguro mobiliário ("monoliners") e as complexas estruturas de "collateralized debt obligations" (CDOs), que contavam com mais de 50 séries e títulos respaldando uma única emissão, fato que inviabilizava uma precificação adequada do instrumento.

Nota-se ainda que, embora o mercado de capitais brasileiro esteja evoluindo como instrumento de financiamento da produção imobiliária (vide o sucesso e popularização dos fundos imobiliários), não há o excesso de liquidez que provocou desequilíbrio nos mercados financeiro-imobiliário europeu e americano.

Nesse sentido, dados de novembro de 2011 do Banco Central do Brasil indicam que a porcentagem do mercado de crédito imobiliário em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) é de menos de 5%, muito inferior do que mercados como o espanhol (61%) e americano (70%). Mesmo crescendo, a disponibilidade do crédito imobiliário no Brasil seguirá sendo, por algum tempo, muito pequena quando comparada a outros países.

Houve um inegável aumento nos preços dos imóveis, em especial nos maiores centros metropolitanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Aí reside a suspeita da existência do mercado operando com alta valorização. Entretanto, em vez de especulativa, tal valorização reflete o crescimento e estabilização da economia brasileira, o gatilho da chamada janela demográfica e o crescimento da capacidade de consumo e tomada de crédito de uma parcela considerável da população, que até então estava alheia ao mercado financeiro-imobiliário. Além disso, a inflação, embora estável, tem impactado no mercado da construção civil com aumentos nos custos da matéria prima e mão de obra.

Sabe-se que as crises são inerentes ao capitalismo e infelizmente sua identificação normalmente ocorre apenas com o benefício da retrospectiva. Embora não se observe sinais de que o mercado brasileiro esteja sob a égide de um processo especulativo, é importante que haja instrumentos para avaliação quantitativa da evolução dos preços dos imóveis para que reguladores, autoridade monetária e demais participantes do mercado financeiro-imobiliário monitorem a apreciação dos ativos imobiliários e resolvam os excessos adequadamente.

Os índices hoje existentes no Brasil muitas vezes refletem os preços de venda ofertados (ou pedidos) por construtoras e corretores imobiliários, carecendo de uma metodologia que corroborem uma análise robusta e precisa. Um bom exemplo, segundo Porto, seria a adoção de um índice semelhante ao Case-Shiller Index dos Estados Unidos, com metodologia de âmbito nacional, porém representando a oscilação de preço em milhares de localidades, respeitadas as peculiaridades de cada região. Tal índice é alimentado por todos os participantes do mercado financeiro-imobiliário americano e reflete operações efetivamente realizadas em uma determinada área ou cidade. Naturalmente, a mera existência de tal índice não significa uma proteção contra processo especulativo, como se depreende da própria experiência americana. Porém, a existência de instrumentos e regras adicionais permitirá que se aprenda com os erros e eventualmente mitigando, ou mesmo evitando, um processo especulativo no Brasil.

4. NÍVEL DE ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO:

4.1 – Consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém, no mês de janeiro, aumenta 47,00%.

Segundo a Celpa, o consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém atingiu 2.608.912 em janeiro de 2012, crescimento de 46,90% em relação a dezembro de 2011.

A classe de consumo da Construção Civil em Belém que mais consome energia elétrica, Construção de Edifícios registrou forte crescimento de 38,23%, em comparação com o mês de dezembro. Em 12 meses, o desempenho do consumo de energia elétrica da Construção Civil apresentou forte crescimento de 101,85% em relação ao mesmo período de 2011.

A explicação para o crescimento do consumo de energia elétrica reflete o crescimento e estabilização da economia brasileira, com impactos no crescimento da capacidade do consumo e de tomada de crédito de uma parcela considerável da população, até então, alheia ao mercado financeiro imobiliário.

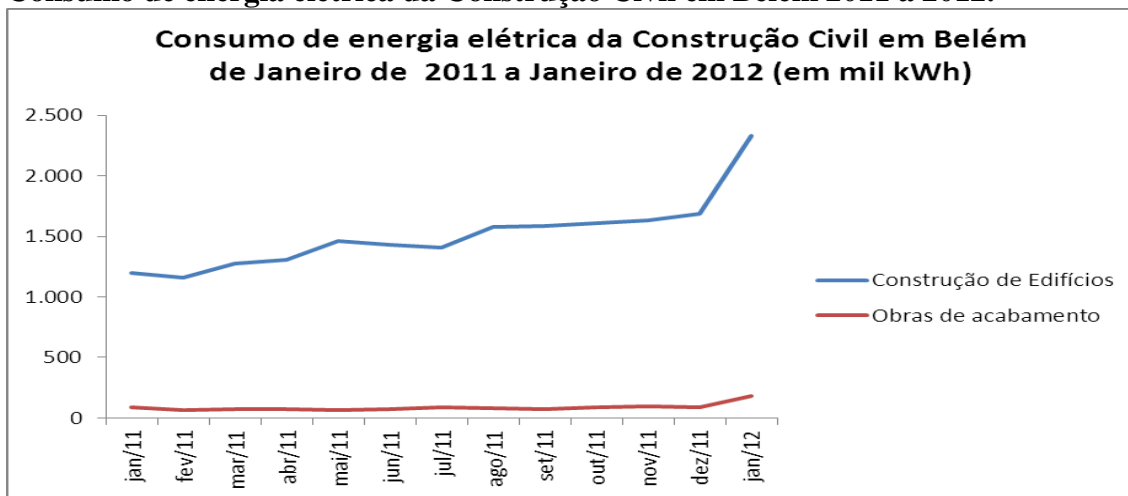
Quadro 11
Consumo de Energia Elétrica da Construção Civil
Mês de Janeiro de 2012 – Belém

Classes de consumo	Consumo Faturado (kWh) Janeiro/12	Var. no mês %	Var. em 12 meses %	Por ordem no CNAE (...)
Construção de Edifícios e Obras Civis	2.331.180	38,23	94,29	2º
Obras de acab. e Serviços auxiliares da construção	185.075	118,56	110,2	5º
Obras de Instalações	24.448	678,59	300,0	4º
Preparação de Terreno	68.209	2.974,0	2.400,0	1º
Total	2.608.912	46,90	101,85	

Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística /Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.
(...) Classificação Nacional das Atividades Econômicas

Figura 3
Estado do Pará
Consumo de energia elétrica da Construção Civil em Belém 2011 a 2012.



Fonte: Rede Celpa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

4.2 - Mercado imobiliário:

4.2.1 – Produção imobiliária acelera com taxa de 181,25% de dezembro para janeiro.

A produção imobiliária do município de Belém retomou a trajetória de crescimento com taxa de 176,0% do mês de janeiro em comparação com dezembro, após desaceleração no quadrimestre de setembro a dezembro. Em 12 meses o indicador sinalizava evolução de 20,78%, até dezembro, aumentou o ritmo de crescimento para 762,50% em janeiro, em comparação com janeiro de 2011.

A explicação para o crescimento mencionado reside no elevado déficit habitacional estimado em 176.000 residências em Belém, sendo que a maior parcela desse déficit habitacional corresponde a imóveis alugados.

Quadro 12
Produção Imobiliária (1)
Belém
Janeiro de 2012

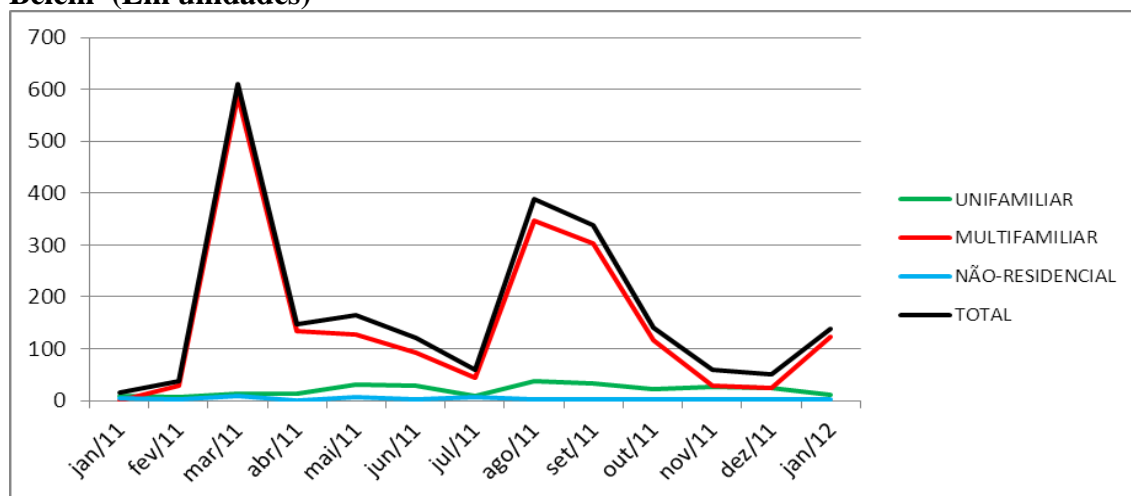
Unidades Habitacionais	Jan/12	Dez/11	%	Até Jan/12	Até Jan/11	%
Unifamiliar	11	24	-54,16	11	10	-9,09
Quant. M²	2.159,45	4.435,21	-51,31	2.159,45	1.408,20	53,34
Multifamiliar	124	24	416,66	124	1	12.400,0
Quant. M²	35.867,50	3.132,28	1.145,09	35.867,50	72,91	49.194,21
Total Quant.	135	48	181,25	135	11	1.227,27
Total M²	38.026,95	7.567,49	402,50	38.026,95	1.481,11	2.567,46
Não Residencial	03	02	50,0	03	05	-40,0
Quant. M²	3.739,80	1.193,14	212,44	3.739,80	1.022,38	265,79
Lotes Quant. M²	---	---	---	---	---	---
Total Quant.	138	50	176,0	138	16	762,50
Total M²	41.766,75	8.760,63	376,75	41.766,75	2.503,49	1.668,34

Fonte: SEURB (Secretaria Municipal de Urbanismo)

(1) Com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB – Belém

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística /Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 4
Produção Imobiliária com base nos certificados de Habite-se emitidos pela SEURB
Período: Janeiro de 2011 à Janeiro de 2012
Belém (Em unidades)



Fonte: SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

4.2.2 – Áreas dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA aumentam 3,88% em janeiro.

As áreas regularizadas pelo CREA dos empreendimentos da Construção Civil no estado do Pará no mês de janeiro alcançaram 453.810,05 m², crescimento de 3,88% em comparação com janeiro de 2011. Quadro 13.

As Inspetorias que mais contribuíram para o resultado foram Santarém, com 328,57% de crescimento, vindo em seguida Altamira com 130%, Paragominas 83,23% e Ananindeua 82,85%. As Inspetorias apontadas estão com Projetos em implantação do Programa Minha Casa Minha Vida e o crescimento forte do indicador no município de Altamira é explicado pela implantação da Hidrelétrica de Belo Monte. No mesmo intervalo de tempo, as maiores influencias negativas foram registradas nas Inspetorias de Belém com redução de 30,81%, Parauapebas com queda de 65,00% e Marabá com redução de 49,00%. As Inspetorias que mais contribuíram para os resultados negativos estão passando por um processo de acomodação nos respectivos mercados imobiliários.

Quadro 13

Estado do Pará

Total (em m²) dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA–Pa. Período de 2008 a 2012 (Janeiro)

Inspetorias	2008 M ²	2009 M ²	2010 M ²	2011 M ²	2012 M ² (1)
Altamira	17.529,53	62.367,86	112.090,89	194.209,75	16.199,99
Ananindeua	267.890,79	275.258,84	1.325.419,66	753.823,61	55.932,93
Barcarena	...	105.798,88	467.613,41	133.536,57	4.454,73
Belém	854.542,19	1.417.098,89	2.355.364,91	3.319.256,08	142.866,66
Capanema	141.810,87	227.132,73	74.464,39	133.973,13	9.236,23
Castanhal	103.003,62	99.129,08	300.779,21	271.542,91	15.136,88
Marabá	182.748,70	183.921,91	600.698,90	327.977,35	8.260,35
Oriximiná	41.911,40	127.487,40	2.640,14
Paragominas	42.053,78	132.072,76	245.381,18	203.908,89	24.901,99
Parauapebas	253.635,43	328.933,90	369.030,90	361.668,67	23.103,29
Santarém	138.003,39	130.109,48	296.822,83	458.660,86	117.486,38
Tucuruí	74.917,36	63.460,66	75.858,32	63.753,91	16.108,26
Outros	282.607,00	304.950,40	1.391.062,09	462.813,68	17.482,22
Total anual	2.358.742,66	3.330.234,97	7.656.498,09	6.812.612,81	453.810,05

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

(<http://www.creapa.com.br/creapa/estatistica/artempreendimentos.aspx>)

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/SINDUSCON-PA

(1) Até 03/02/2012

Quadro 14

Estado do Pará.

Participação Relativa das Inspetorias no montante dos empreendimentos da Construção Civil regularizados pelo CREA-PA.

Período: 2008 a 2012

INSPETORIAS	PART. RELATIVA 2008 %	PART. RELATIVA 2009 %	PART. RELATIVA 2010 %	PART. RELATIVA 2011 %	PART. RELATIVA 2012 % (1)
Altamira	0,74	1,87	1,46	2,85	3,57
Ananindeua	11,36	8,27	17,31	11,07	12,33
Barcarena	...	3,18	6,11	1,96	0,98
Belém	36,23	42,55	30,76	48,72	31,48
Capanema	6,01	6,82	0,97	1,97	2,04
Castanhal	4,37	2,98	3,93	3,99	3,34
Marabá	7,75	5,52	7,85	4,81	1,82
Oriximiná	0,55	1,87	0,58
Paragominas	1,78	3,97	3,20	2,99	5,49
Parauapebas	10,75	9,88	4,82	5,31	5,09
Santarém	5,85	3,91	3,88	6,73	25,89
Tucuruí	3,18	1,91	0,99	0,94	3,55
Outros	11,98	9,16	18,17	6,79	3,85
TOTAL ANUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CREA - PA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon - Pará.

(1) Até 03/02/2012

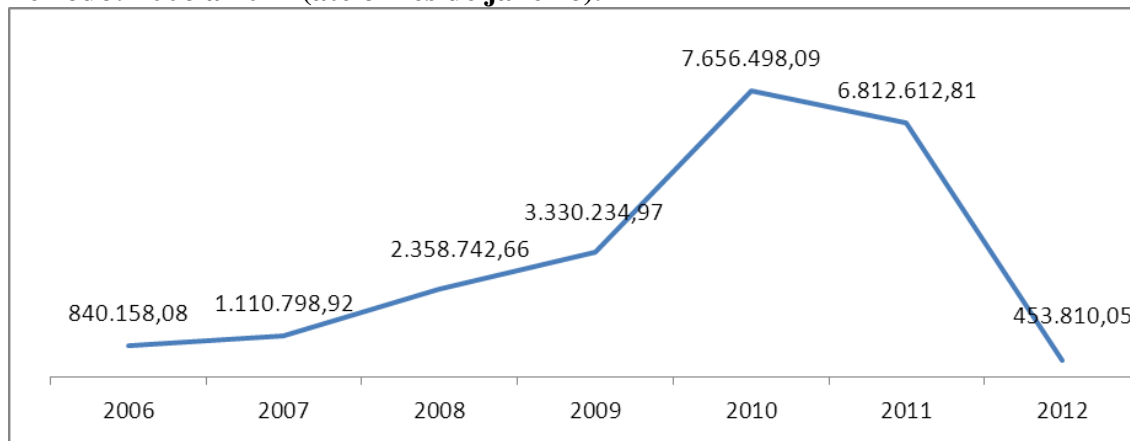
Figura 5

Construção Civil

Estado do Pará

Total das áreas regularizadas pelo CREA em m²

Período: 2006 a 2012 (até o mês de janeiro).



Fonte: CREA-Pa

4.3 – Financiamentos imobiliários no Estado do Pará com depósitos da caderneta de poupança tem forte crescimento no ano de 2011, 167,99%, em comparação com 2010.

No mês de novembro de 2011, os valores do crédito imobiliário com depósitos da caderneta de poupança no estado do Pará registraram crescimento de 65,0% nas

operações de construção e aquisição, seguindo a tendência observada a partir de outubro (figura 6).

Entretanto, no acumulado do ano até novembro, os valores financiados apontam uma evolução de 167,99%, ante crescimento de 52,45% no período de janeiro a setembro de 2011.

As unidades financiadas para construção com depósitos da caderneta de poupança tiveram aumento de 27,68% em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010, enquanto que as unidades financiadas para aquisição, na mesma comparação registraram crescimento de 46,59%.

A explicação para o crescimento do crédito imobiliário reflete o crescimento e estabilização da economia brasileira, com impactos no crescimento da capacidade do consumo e de tomada de crédito de uma parcela considerável da população, até então, alheia ao mercado financeiro imobiliário.

Quadro 15

Estado do Pará

Financiamentos Imobiliários do SBPE

Em Novembro de 2011 Em R\$ 1000,00

Tipo de Financiamento	Novembro/11	Variação %	Até novembro 2010 (b)	Até novembro 2011 (a)	a/b (%)
Construção	139.156,85	80,52	296.806,00	1.028.983,98	246,68
Aquisição	37.892,62	27,94	217.699,00	349.281,18	60,44
Total	176.986,47	64,76	514.510,00	1.378.878,16	167,99

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

As unidades financiadas para construção com depósitos da caderneta de poupança tiveram uma queda de 1,0%, em comparação com o mesmo intervalo de tempo do ano de 2010, enquanto que as unidades financiadas para aquisição, na mesma comparação, tiveram crescimento de 44,72%.

Quadro 16

Estado do Pará

Financiamentos Imobiliários para Aquisição e Construção

Número de unidades financiadas pelo SBPE.

Em Novembro de 2011.

Tipo de Financiamento	Novembro/11	Variação %	Até novembro 2010 (b)	Até novembro 2011 (a)	a/b (%)
Construção	846	51,61	3.491	4.461	27,78
Aquisição	224	25,13	1.569	2.300	46,59
Total	1.070	45,18	5.060	6.761	33,61

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

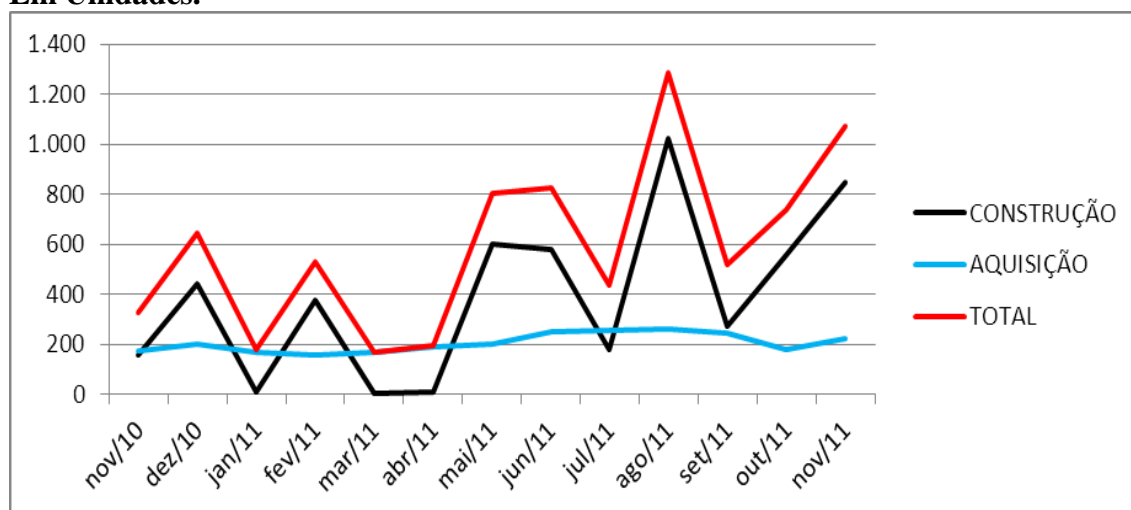
Quadro 17
Estado do Pará.
Financiamentos Imobiliários com depósitos da caderneta de poupança.
Período: novembro de 2010 à Novembro de 2011
Em Unidades.

PERÍODO	CONSTRUÇÃO	AQUISIÇÃO	TOTAL
nov/10	156	174	330
dez/10	440	203	643
jan/11	11	170	181
fev/11	375	157	532
mar/11	5	166	171
abr/11	8	189	197
mai/11	603	203	806
jun/11	579	249	828
jul/11	181	257	438
ago/11	1.023	261	1.284
set/11	272	245	517
out/11	558	179	737
nov/11	846	224	1.070

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 6
Estado do Pará.
Financiamentos Imobiliários com depósitos da caderneta de poupança.
Período: Novembro de 2010 à Novembro de 2011
Em Unidades.



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Quadro 18

Estado do Pará.

Financiamentos Imobiliários com depósitos da caderneta de poupança.

Período: Novembro de 2010 à Novembro de 2011.

Em R\$ 1.000,00.

PERÍODO	CONSTRUÇÃO	AQUISIÇÃO	TOTAL
nov/10	8.826	24.401	33.227
dez/10	49.996	30.716	80.712
jan/11	1.260	22.903	24.163
fev/11	31.019	19.844	50.863
mar/11	17.892	23.889	41.781
abr/11	137.557	30.105	167.662
mai/11	132.823	29.010	161.833
jun/11	114.395,44	36.935,61	151.331,05
jul/11	216.041,39	40.945,93	256.987,32
ago/11	120.262,33	41.083,63	161.345,96
set/11	41.446,64	37.056,91	78.503,55
out/11	77.084,33	29.615,47	107.419,80
nov/11	139.156,85	37.892,62	176.986,48

Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

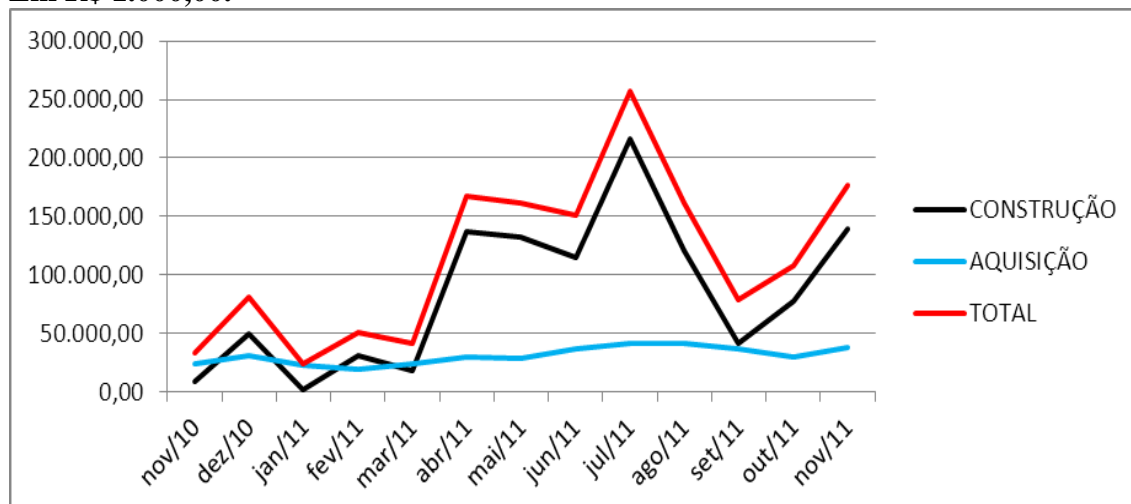
Figura 7

Estado do Pará.

Financiamentos Imobiliários com depósitos da caderneta de poupança.

Período: Novembro de 2010 à Novembro de 2011.

Em R\$ 1.000,00.



Fonte: Banco Central do Brasil e SBPE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa

Tabela 4
Estado do Pará
Financiamentos Imobiliários com depósitos da Caderneta de Poupança.
Período de 2002 a 2011 (Até Novembro).

ANOS	Financiamentos Habitacionais (R\$) 1000,00		Unidades Financiadas			
		%	Construção	Aquisição	Total	%
2002	2.362,72	-	0	37	37	-
2003	6.416,87	171,59	47	55	102	175,68
2004	5.899,57	-8,06	96	43	139	328,42
2005	9.786,21	65,88	177	67	244	659,82
2006	63.543,26	549,31	569	383	959	693,03
2007	210.535,75	231,33	1.142	765	1.907	98,85
2008	472.069,85	124,22	3.546	1.223	4.769	150,00
2009	268.836,06	-43,05	845	1.448	2.293	-48,69
2010	595.474,30	121,5	3.941	1.792	5.733	150,02
2011(1)	1.378.878,16	...	4.461	2.300	6.761	...

Fonte: Banco Central e SBPE

(1) No ano de 2011, até o mês de Novembro.

(...) Dados não disponíveis.

4.3.1 - Contratação de unidades habitacionais no Programa Minha Casa, Minha Vida2, avança em 2012.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” voltou a assinar contratos de moradia para famílias com renda de até R\$ 1,6 mil, após sete meses de paralisação devido à revisão das regras para a segunda fase do programa. Até 31.01.2012 foram contratadas pela Caixa Econômica Federal na faixa, até R\$1,6 mil, 138.112 unidades, correspondendo 7,0% da meta de 2 milhões até 2014.

A faixa de renda de R\$ 1,6 mil a R\$ 3,1 mil têm melhor resultado com a contratação de 330.677 unidades, correspondendo a 17,0% da meta apontada.

O destaque da retomada das contratações na faixa mais baixa de renda na Região Norte, até 31.01.2012, foi o Estado do Pará com a assinatura de 7.773 contratos.

As empresas vêm adaptando seus projetos de casas às novas regras do programa habitacional, colocando piso em toda a habitação e azulejo no banheiro e na cozinha até 1,5 metros de altura. O reajuste do preço-teto das casas possibilitou realizar essas melhorias.

Para os novos projetos, as empresas estão aumentando em 10% a área das casas para atender a nova exigência de acessibilidade feita pelo governo federal. A obrigatoriedade do uso de energia solar para aquecimento de água é outra novidade na segunda fase do programa. O reajuste dado para a segunda fase do programa não é suficiente para cobrir os gastos em todos os lugares, por isso as empresas tem sido bastante seletiva na escolha das cidades e dos terrenos.

Outros Estados que contrataram volume expressivo de moradias para mais baixa renda até 31.01.2012 foram Pará, Bahia, São Paulo e Minas Gerais. O programa tem

dificuldades para se desenvolver em locais onde não há integração de esforços entre União, Estado, município e setor privado. “Onde essa sinergia não aconteceu, o programa não teve êxito”.

Maria Henriqueta Alves, Consultora Técnica da Câmara brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diz que o preço inadequado é outro entrave para a retomada dos investimentos com mais força. “Não houve reajuste, apenas uma adequação dos preços por causa do aumento de exigências”. Disse a Consultora. (www.valoronline.com.br, acesso em 23.09.2011).

Considerando todas as faixas de renda, São Paulo aparece como o campeão de contratações até 31.01.2012 com 98 mil habitações no total, mais que o dobro que o segundo colocado, Minas Gerais, onde foram contratadas 52.4791 moradias. O bom desempenho no território paulista tem sido puxado pelas moradias voltadas à faixa de renda entre R\$ 1,6 mil e R\$ 3,1 mil. Até 31.01.2012 foram contratadas 66.870 1 unidades neste grupo no Estado de São Paulo.

Entre as regiões, o Sudeste é o que apresenta o maior número de contratações no país, com 39% do total. O Norte, por sua vez, é a região que mais avançou em termos relativos na implementação do programa de habitação, até 31.01.2012, 21.394 unidades contratadas.

Quadro 19

Programa Minha Casa, Minha Vida.

Número de unidades habitacionais contratadas em 31/01/2012, por faixa de renda.

Estado	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
	Até R\$ 1,6 mil	De R\$ 1,6 mil até R\$ 3,1 mil	De R\$ 3,1 mil até R\$ 5 mil
Alagoas	4.114	9.228	25
Goiás	4.853	28.230	8.562
Rio grande do Sul	6.651	31.185	2.114
Santa Catarina	2.634	18.519	533
Paraná	6.431	36.545	1.628
Mato Grosso	4.691	7.311	204
Mato Grosso do Sul	6.588	6.845	165
Minas Gerais	10.899	40.773	807
Sergipe	680	3.870	226
São Paulo	13.286	66.870	17.876
Bahia	15.125	14.103	3.796
Rio Grande do Norte	1.625	9.053	444
Espírito Santo	1.613	5.460	1.093
Piauí	6.710	3.214	341
Acre	653	112	260
Pernambuco	4.458	8.097	1.206
Rio de Janeiro	19.863	12.635	4.403
Maranhão	2.064	4.469	182
Pará	7.773	5.015	2.003
Amazonas	5.932	837	1.526
Roraima	10	98	12
Paraíba	2.521	8.961	152
Rondônia	2.965	1.946	508
Tocantins	2.566	509	348
Distrito Federal	0	1.366	1.028
Ceará	1.259	5.419	905
Amapá	2.148	7	0
Total	138.112	330.677	50.347

Fonte: Caixa Econômica Federal e Valor Econômico (31/01/2011)

5 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

5.1 – PIB do 3º trimestre de 2011 com crescimento nulo, segundo o IBGE.

O PIB do 3º trimestre totalizou R\$ 1.046,7 bilhões, com variação nula em relação ao 2º trimestre, só não ocorreu queda maior em função do setor agropecuário, que teve um aumento de 3,2% no volume do valor adicionado.

Os Setores Indústria e Serviços tiveram um desempenho fraco, com variações negativas de -0,9% e -0,3%, respectivamente. Em relação ao mesmo trimestre de 2010, o PIB cresceu 2,1%.

Dentre as atividades que contribuíram para a geração do valor adicionado, o destaque foi a Agropecuária, que neste trimestre cresceu 6,9%, em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010.

A Indústria, que vem apresentando desaceleração desde o segundo trimestre de 2010 cresceu 1,0%. A Construção Civil cresceu 3,8%. Este desempenho da Construção Civil é explicado pelo aumento da população ocupada no setor e pelo crédito habitacional (item 4.3 do Boletim Econômico de novembro de 2011).

Pela ótica da demanda interna, verifica-se que enquanto no segundo trimestre todos os componentes do PIB pelo lado da demanda tiveram contribuições positivas, sendo compensados pelas importações, no terceiro trimestre apenas as exportações subiram. As importações recuaram evitando uma retração na economia. A despesa de consumo das famílias apresentou crescimento de 2,8%, sendo a trigésima segunda variação positiva consecutiva, nessa base de comparação.

Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi o comportamento da massa salarial real, com elevação de 2,6% no terceiro trimestre.

A formação bruta de capital fixo (FBCK ou investimento planejado), por sua vez registrou expansão de 2,5%, em relação a igual período do ano anterior. A despesa de consumo da administração pública cresceu 1,2%, em relação ao mesmo intervalo de tempo de 2010.

5.2 – PIB da Construção Civil do Estado do Pará evoluiu 3,65% no 3º trimestre, em comparação com 1,70% do trimestre anterior. A previsão para o crescimento da construção paraense para 2011 é de 4,6%.

O PIB da Construção Civil paraense registrou crescimento de 3,65% na série ajustada sazonalmente no 3º trimestre em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010, indicando que o patamar da produção imobiliária paraense superou o trimestre do ano anterior.

Dentre os fatores determinantes para explicar a melhoria do crescimento do 3º trimestre, pode-se apontar um maior acesso ao crédito em função da elevação dos financiamentos imobiliários com depósitos da Caderneta de Poupança que nos primeiros 9 meses de 2011 cresceu 152,45% em comparação com o mesmo intervalo de tempo de 2010 (quadro 22).

A Indústria da Construção Civil no Estado do Pará deve voltar a crescer em 2012 com taxa de 5,0%, segundo previsão do Sinduscon/Pa. A instituição estima que a Indústria da Construção Civil que representa de 6,93% do Produto Interno Bruto do Estado do Pará e tenha se registrado expansão de 4,6% em 2011.

A expectativa de retomada dos investimentos do governo em obras públicas com as eleições municipais neste ano e de aumento no ritmo do programa Minha Casa, Minha Vida devem impulsionar a construção neste ano.

Outra questão importante que também beneficia a Indústria da Construção Civil é a melhora no mercado de trabalho. O aumento do emprego e da renda tende a estimular o crédito habitacional e como não é esperado um revés no mercado de trabalho, os financiamentos imobiliários devem continuar crescendo.

Apesar de todos esses fatores de estímulo, o desempenho da Construção está intimamente ligado à sua capacidade de romper os gargalos que limitam a sua expansão, sendo de destacar a escassez de mão de obra qualificada e pela competição no próprio segmento.

Quadro 20
PIB e PIB do Estado do Pará e da Construção Paraense
2006 à 2011 Valores correntes.

PERÍODO	PIB (1)	PIB do Estado do Pará (2)	PIB da Const. Civil Paraense (2)
	Valor (R\$ bilhões)	Valor (R\$ milhões)	Valor (R\$ milhões)
PIB 2006 (1)	2.332,93	39.121,00	2.647,00
PIB 2007 (1)	2.610,13	49.507,00	3.366,47
PIB 2008 (1)	2.889,71	58.519,00	3.608,00
PIB 2009 (1)	3.143,00	58.402,00	4.004,00
PIB 2010	3.675,00	66.150,00 (2)	5.027,00 (2)
1º trim/2011	939.6,00	16.912,00 (2)	1.285,00 (2)
2º trim/2011	1.021,00	18.378,00 (2)	1.396,00 (2)
3º trim/2011	1.046,70	18.890,60 (2)	1.431,00 (2)

Fonte: (1) IDESP-PA e IBGE

(2) Estimativa do Sinduscon-Pa

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6 – EMPREGO FORMAL:

6.1- Estado do Pará: dados do CAGED apontam perdas de vagas no mês de janeiro de 2012 no setor da Construção.

Os dados do CAGED apontam cortes de 611 vagas na Construção Civil no Estado do Pará no mês de janeiro, acima dos 167 postos de trabalho perdidos no mesmo mês em 2011. Entretanto, em 12 meses findos no mês de janeiro, a Construção Civil criou 12.986 vagas formais e concomitantemente com o setor Serviços foram responsáveis por 63,0% dos postos de trabalho com carteira assinada criados na economia paraense no intervalo de tempo considerado.

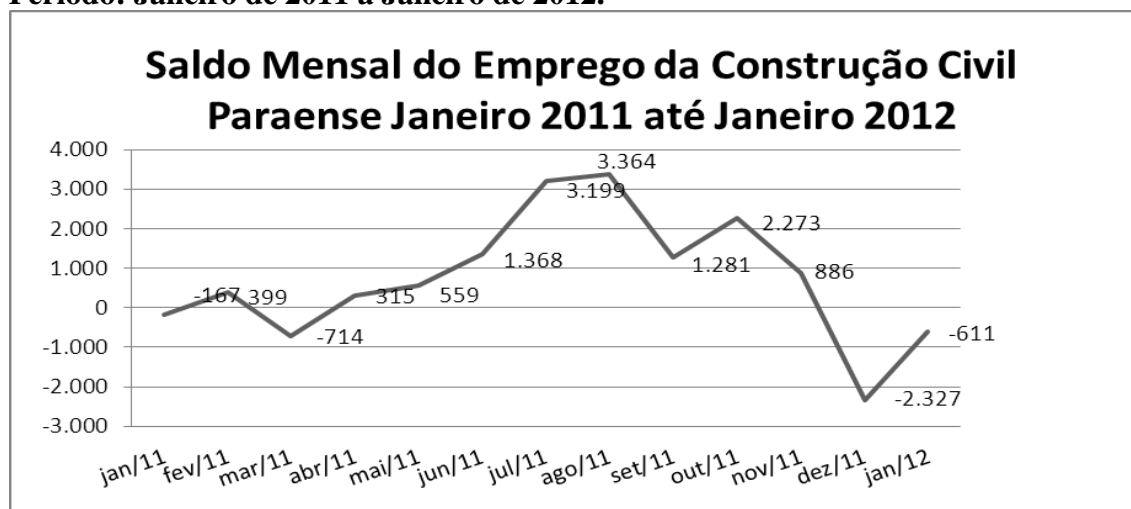
O aumento da população ocupada na Construção e o incremento do crédito para habitação são fatores que têm contribuído para manter o mercado de trabalho aquecido.

Quadro 21
Estado do Pará
Saldos dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)
Período: Janeiro de 2012

Setores	Jan/12	%	Jan/ 11	%	No ano até Jan/12	Vari ação (%)	No ano até Jan/11	Vari ação (%)	Em 12 meses 12	Vari ação (%)	Em 12 meses 11	Vari ação (%)
1. Ext. Mineral	203	1,22	174	1,26	203	1,22	174	1,26	2.497	17,37	2.754	24,54
2. Indústria de Transf.	228	0,25	97	0,11	228	0,25	97	0,11	1.348	1,49	3.846	4,44
3. Serv. Ind. Util. Públ.	90	1,20	-124	-1,34	90	1,20	-124	-1,34	198	2,67	301	3,42
4. Construção Civil	-611	-0,78	-167	-0,25	-611	-0,78	-167	-0,25	12.986	20,18	8.398	14,56
5. Comércio	-309	-0,17	-452	-0,26	-309	-0,17	-452	-0,26	11.790	6,79	14.668	9,34
6. Serviços	600	0,26	1.256	0,59	600	0,26	1.256	0,59	18.719	8,67	19.303	9,89
6.1. Com. e Adm. de imóv	11	0,02	617	1,33	11	0,02	617	1,33	5.143	11,10	7.812	19,87
7. Administ. Pública	20	0,07	7	0,03	20	0,07	7	0,03	713	2,67	-70	-0,27
8. Agropecu ária	409	0,80	64	0,13	409	0,80	64	0,13	2.389	4,89	1.972	4,16
Total	630	0,09	855	0,13	630	0,09	855	0,13	50.640	7,89	51.172	8,67

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 8
Estado do Pará
Construção Civil
Período: Janeiro de 2011 à Janeiro de 2012.



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE
 Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.2 – Análise Geográfica do Emprego Formal da Construção Civil Paraense: Município de Altamira foi o destaque positivo na criação de empregos com carteira assinada na Construção Civil paraense no mês de janeiro.

Os dados do CAGED mostram que o município de Altamira foi o destaque positivo com criação de 222 empregos formais na Construção Civil do Estado do Pará no mês de janeiro, embora, na ocupação total até 31.01.2012, a Grande Belém (Belém e Ananindeua) respondeu por 4,70% da ocupação total da Construção Civil paraense.

Os demais municípios tiveram cortes nos postos de trabalho no mês de janeiro.

Quadro 22

Estado do Pará

Ocupação dos municípios mais representativos na geração de empregos formais da Construção Civil Paraense.

Janeiro/2012

Municípios	Ocupação total em 01.01.12 (1)	Saldo do emprego em Janeiro/2012(3)	Saldo dos empregos formais até 31/01/2012 (3)	Ocupação em Janeiro/12
Belém	25.887	28	28	25.915
Ananindeua	9.047	-89	-89	8.958
Barcarena	3.966	-358	-358	3.608
Castanhal	2.220	26	26	2.246
Marabá	5.799	-117	-117	5.682
Parauapebas	8.615	-315	-315	8.300
Tucuruí	798	-17	-17	781
Santarém	2.774	29	29	2.803
Paragominas	1.749	-15	-15	1.734
Altamira (3)	5.237	222	222	5.459
Subtotal	66.092	-606	-606	65.486
Estado do Pará(2)	74.181	-611	-611	73.570

Fonte: CAGED – MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(1) Dezembro/2011-RAIS/MTE

(2) Corresponde aos valores dos 143 municípios do Estado do Pará.

(3) Dados do CAGED/MTE

6.3 – Região Metropolitana de Belém: Construção Civil da RMB perde 50 empregos formais no mês de janeiro de 2012.

Os dados do CAGED mostram que as empresas da Construção Civil da Região Metropolitana de Belém tiveram perdas de 50 postos de trabalho no mês de janeiro de 2012, permanecendo em patamar inferior aos níveis de emprego registrados no mês de janeiro de 2011, que apontou criação de 402 postos de trabalho.

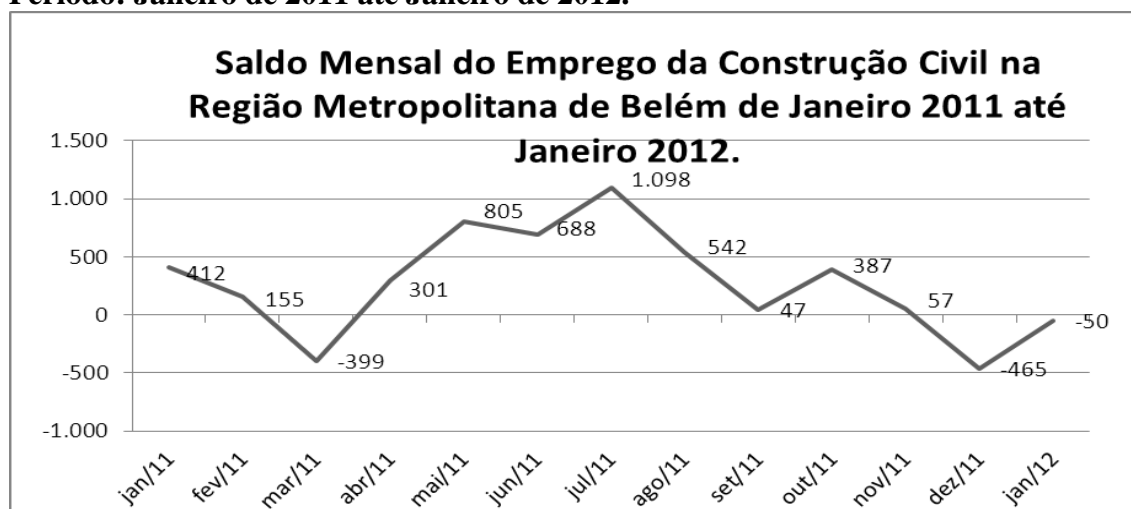
Em 12 meses, a Construção Civil da Região Metropolitana de Belém foi responsável pela criação de 3.890 vagas formais, patamar inferior à criação de empregos que foi registrada nos 12 meses findo em janeiro de 2011, 5.656 postos celetistas.

Quadro 23**Região Metropolitana de Belém****Saldo dos Empregos Formais (Admissão-Desligamentos)****Período: Janeiro de 2012**

Setores	Jan/12	%	Jan/11	%	No ano até Jan/12	Variacão (%)	No ano até Jan/11	Variacão (%)	Em 12 meses 12	Variacão (%)	Em 12 meses 11	Variacão (%)
1. Ext. Mineral	5	1,71	11	3,56	5	1,71	11	3,56	-9	-2,94	55	20,75
2. Indústria de Transf.	299	1,02	212	0,76	299	1,02	212	0,76	-159	-0,54	1.139	4,20
3. Serv. Ind. Util. Públ.	64	1,36	-137	-2,33	64	1,36	-137	-2,33	-46	-0,95	144	2,57
4. Construção Civil	-50	-0,14	402	1,28	-50	-0,14	402	1,28	3.890	12,49	5.656	21,64
5. Comércio	-248	-0,27	-613	-0,68	-248	-0,27	-613	-0,68	3.820	4,28	7.236	8,80
6. Serviços	280	0,17	395	0,26	280	0,17	395	0,26	11.654	7,81	10.190	7,24
6.1. Com. e Adm. de imóv	56	0,17	101	0,33	56	0,17	101	0,33	3.860	13,38	3.325	12,02
7. Administr. Pública	3	0,04	0	0,00	3	0,04	0	0,00	152	2,09	26	0,34
8. Agropecuária	124	2,92	65	1,37	124	2,92	65	1,37	202	4,85	-25	-0,52
Total	477	0,14	335	0,11	477	0,14	335	0,11	19.504	6,17	24.421	8,29

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

Figura 9**Região Metropolitana de Belém****Período: Janeiro de 2011 até Janeiro de 2012.**

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - MTE

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

6.4 – Análise da rotatividade do emprego formal da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará, no período de 2003 a 2011.

Os dados comparativos de admissão e desligamentos (figura 8) expressam que as curvas das duas variáveis estão no mesmo patamar desde 2003 até 2009, o que sugere alta rotatividade da mão-de-obra intra-setorial.

A partir de 2010 e em 2011, a situação evidenciada pela figura 10 tem outro comportamento com a curva da admissão sendo substancialmente superior a curva do desligamento, sinalizando que no ano de 2010 houve forte mobilização de outros setores para a Indústria da Construção Civil paraense, assim como, de trabalhadores que estavam sem ocupação no mercado de trabalho.

Quadro 24

Admissão e demissão (saldo) dos empregos formais da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará.

Período	Admissão	Demissão	Saldo
2003	24.840	29.672	-4.832
2004	24.376	20.242	4.134
2005	27.750	24.670	3.080
2006	32.590	30.949	1.641
2007	33.200	29.439	3.761
2008	47.171	47.401	-230
2009	44.378	44.418	-40
2010	61.421	51.931	9.490
2011	75.707	61.980	13.727
2012 *	4.761	5.372	-611

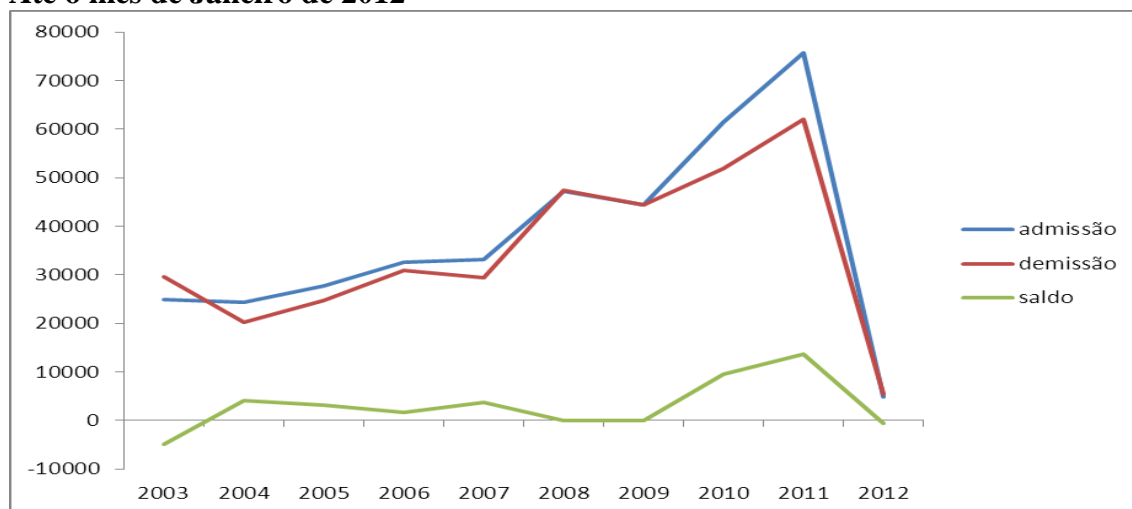
Fonte: CAGED-MTE

* Até o mês de Janeiro.

Figura 10

Admissão e demissão (saldo) dos empregos formais da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará.

Até o mês de Janeiro de 2012



Fonte: CAGED-MTE

6.5 – Os resultados, acumulados até o mês de dezembro, da contratação de trabalhadores formais da Construção por cargos sinaliza desaceleração na contratação da maioria desses cargos.

As informações do CAGED relativas às 20 ocupações que mais admitiram nos municípios que representam 90,0% da ocupação na Indústria da Construção Civil do Estado apontam, do mês de novembro para dezembro, desaceleração na contratação da maioria dos cargos, as exceções foram a mão de obra administrativa (almoxarife, Aux. Administrativo e etc.) que registrou evolução de 3,65% no acumulado do ano até dezembro, em comparação com o acumulado do ano até novembro, e a mão de obra especializada que se manteve estável no período acima analisado.

O maior recuo foi registrado na categoria de técnicos ligados a obra (mestre de obras, encarregados etc.), sinalizando redução a partir de novembro. A explicação reside na desaceleração das atividades da Construção no mês de dezembro devido a sazonalidade do setor.

Quadro 25

Estado do Pará

Construção Civil

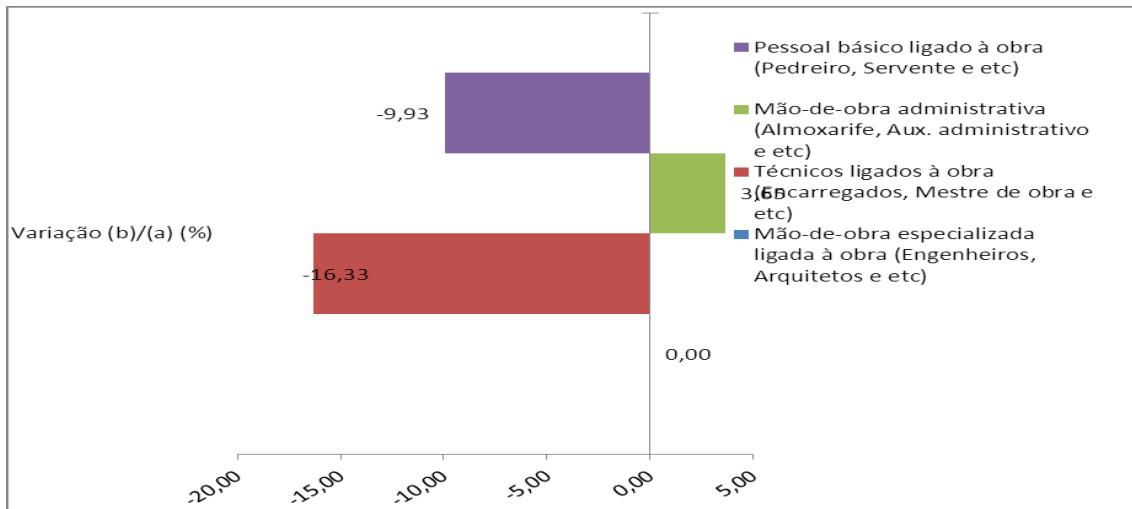
Saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Dezembro de 2011. (*)

	No ano até Novembro (a)	No ano até Dezembro (b)	Variação (b)/(a) (%)
Mão-de-obra especializada ligada à obra (Engenheiros, Arquitetos e etc)	56	56	0,00
Técnicos ligados à obra (Encarregados, Mestre de obra e etc)	98	82	-16,33
Mão-de-obra administrativa (Almoxarife, Aux. administrativo e etc)	576	597	3,65
Pessoal básico ligado à obra (Pedreiro, Servente e etc)	6.738	6.069	-9,93

Fonte: CAGED- MTE

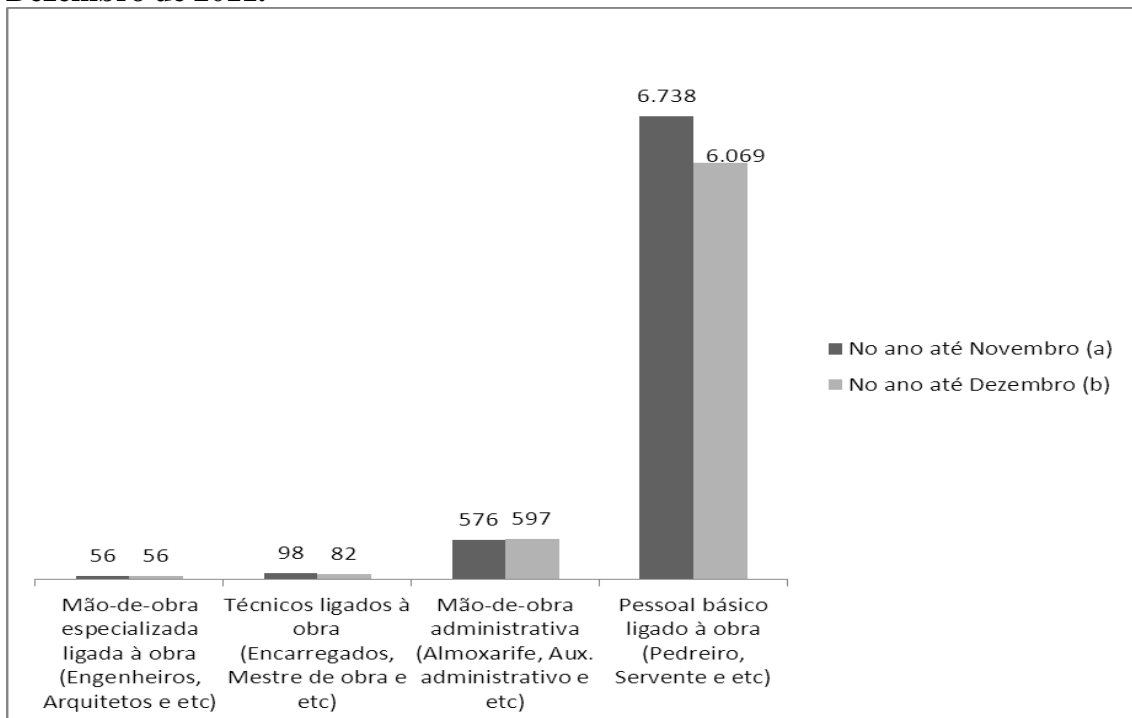
(*) Corresponde aos 20 cargos com maiores admissões nos municípios de Belém, Ananindeua, Barcarena, Altamira, Marabá, Parauapebas e Santarém.

Figura 11
Estado do Pará
Construção Civil
Variação do saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Dezembro de 2011.



Fonte: CAGED- MTE

Figura 12
Estado do Pará
Construção Civil
Saldo (admissão – demissão) das 20 maiores ocupações acumuladas até o mês de Dezembro de 2011.



Fonte: CAGED- MTE

Quadro 26

Perfil do Emprego na Construção paraense, segundo municípios maiores geradores de emprego. Saldos por cargos (admissão – desligamentos) das 20 maiores ocupações acumuladas até Dezembro de 2011.

CBO	Cargo	Belém	% (*)	Ananind	% (*)	Barcare	% (*)	Altam	% (*)	Marabá	% (*)	Parauap	% (*)	Santar	% (*)
414105	Almoxarife	-19	-0,0256
715305	Armador de estr. de conc	3	0,0040	23	0,0310	35	0,0472	146	0,1968	-209	-0,2817	-85	-0,1146
411005	Aux. De Escritório	91	0,1227	50	0,0674	3	0,0040	189	0,2548	28	0,0377	22	0,0297	12	0,0162
715505	Carpinteiro	36	0,0485	31	0,0418	85	0,1146	231	0,3114	-186	-0,2507	202	0,2723	-10	-0,0135
715615	Eletricista de instalações	0	0,0000	26	0,0350	-4	-0,0054	49	0,0661	47	0,0634	21	0,0283
951105	Eletricista de Mant. Eletro eletr.	609	0,8210	45	0,0607
214205	Engenheiro Civil	51	0,0805	5	0,0080
724110	Encanador	1	0,0013	1	0,0013	-7	-0,0094	0	0,0000
710205	Mestre de obras	-60	-0,0809	19	0,0256	3	0,0040	110	0,1483	-55	-0,0741	-2	-0,0027
724205	Montador de estr. metálica	8	0,0108	99	0,1335
782515	Motorista Oper. guincho	394	0,5311	22	0,0297
715130	Operador de motoniveladora
716610	Pintor	24	0,0324	-7	-0,0094	-39	-0,0526	0	0,0000
715210	Pedreiro	-241	-0,3249	126	0,1699	82	0,1105	303	0,4085	-173	-0,2332	25	0,0337	43	0,0580
717020	Servente de obras	1345	1,8131	457	0,6161	279	0,3761	1222	1,6473	185	0,2494	411	0,5541	119	0,1604
724315	Soldador	-14	-0,0189	-7	-0,0094	73	0,0984
351605	Técnico Seg. Trabalho	29	0,0391	9	0,0121	1	0,0013	28	0,0377
312105	Técnico de Obras Cívicas
517420	Vigia	12	0,0162	-6	-0,0081	9	0,0121	60	0,0809	5	0,0067
519940	Leiturista	103	0,1388	80	0,1078
213118	Médico do Trabalho
414205	Apontador de Mão-de-Obra
782110	Operador de Guindaste
950110	Supervisor de Manut. Elet. Ind. Com. Pred
724220	Preparador de Estru. Metálica	87	0,1173
214305	Engenheiro Eletricista
411010	Assist. Administrativo	32	0,0431	6	0,0081
716405	Gesseiro	14	0,0189
715545	Montador de Andaimés	-11	-0,0148	118	0,1591	-45	-0,0607

Fonte: M T E – CAGED

Sistematização e Elaboração: Diretoria de Economia e Estatística/Assessoria Econômica/Sinduscon-Pa.

(*) Variação em relação ao total da ocupação do setor no mês anterior.

(...) Dados não disponíveis.